



Hernâni Bettencourt*

Cuidado, está a ser escutado!

Este é um aviso que não deverá tardar a ser transmitido, por todas as operadoras, no início de qualquer conversa através de meios tecnológicos. Vem esta tirada humorística (não sei se posso fazer referencia a humor negro) a propósito de um assunto muito sério.

Refiro-me à utilização de um meio de prova excepcional: as escutas telefónicas. Tal mecanismo, em qualquer Estado de Direito Democrático, não pode ser utilizado com a frequência de um qualquer carimbo de entrada num gabinete de expediente e arquivo. Este meu entendimento não se aplica consoante a cara do freguês. É a regra e não tem exceção. Mas, como dizem alguns pessimistas, as coisas podem sempre piorar. E é aqui o caso.

Se o recurso às escutas parece ser efetuado com uma malha muito larga, a duração de tais escutas nem malha parece ter. Não sei se o caso do cidadão João Galamba, ou do secretário de estado João Galamba ou do ministro João Galamba é único ou há mais. Para mim, um caso isolado chega.

É inadmissível, na minha visão de Estado de Direito, que um meu concidadão esteja durante mais de 4 anos a ser escutado em permanência. São, por isso, horas e horas de conversas. Conversas que deviam ficar no seu âmbito original, isto é, na reserva da vida privada. Nada do que ali consta devia ser objeto de tratamento pelos intervenientes da nossa política.

O combate político faz-se à vista de todos. Com base em posicionamentos ideológicos, opções políticas ou decisões publicamente assumidas. Esse é o

combate que eu defendo e para o qual estarei sempre disponível para contribuir.

Ora, nos últimos dias, o debate (ou tentativa) andou à volta de uma conversa interceptada entre dois agentes políticos. Conversa que num país de primeiro mundo não devia ter ficado registada. Mas a verdade é que ficou. E, através das habituais e seletivas violações do segredo de justiça, não tardou a cair nas mãos da comunicação social e assim todos lemos a dita conversa.

Este tipo de atuação desregulada do Estado, através de um dos seus pilares (Ministério Público), não tem, ou não devia ter, lugar em nenhuma democracia.

Esta prática remete-nos para outros tempos. Tempos de concentração de poderes e não de separação de poderes. Tempos de abusos e não de direitos. Tempos de medo e não de liberdade. Tempos que julgo ninguém querer voltar. Ainda que, por vezes, na vã tentativa de um reles ganho, alguns não se importem de sacar argumentos pelo buraco da fechadura. Ficarão a falar sozinhos, obviamente!

*Jurista



Eduardo Monteiro

A influência das actividades extracurriculares no desenvolvimento das agremiações culturais, desportivas e recreativas

No final da década de 50 e início dos anos 60, enquanto aluno do Liceu Nacional de Angra do Heroísmo, adorava participar e colaborar nas iniciativas da Associação Académica que, naquele tempo, era um motor de arranque do desenvolvimento cultural, desportivo e recreativo na ilha Terceira. No início do ano escolar tínhamos a praxe na recepção aos caloiros, um desfile pelas ruas da cidade e a feitura do jornal "Vida Académica". Depois, vinha agarraçada no cabrito, a tourada dos estudantes na Praça de Toiros, os bailes e festivais desportivos no Lawn Tennis Club, a participação nas actividades do desporto escolar entre o Liceu e a Escola Comercial/Industrial (tardes desportivas à quarta feira). Quando o tempo melhorava aproveitávamos a ocasião para o intercâmbio desportivo com os colegas do Seminário, dos liceus da Horta e de Ponta Delgada e, ainda, com os alunos do High School da Base das Lajes. A apresentação de peças teatrais e musicais no Teatro Angrense surgiam na fase derradeira do ano escolar. Nas férias do Verão, viajávamos até S. Maria para participar na semana desportiva, no âmbito do aniversário do Clube "Asas do Atlântico." Quer dizer, uma constante e valiosa aprendizagem, de prática no terreno de diferentes actividades, posteriormente comungadas, com a integração progressiva da rapaziada nos clubes desportivos tradicionais, nos órgãos da comunicação social, nas sociedades artísticas, nas filarmónicas, nos agrupamentos dos escuteiros e na organização das festas tradicionais das diversas freguesias da ilha lilás.

Numa região como os Açores (9 ilhas), com uma acentuada descontinuidade territorial, existem imensas escolas que vivem num isolamento contagiante, que condiciona o desenvolvimento dos alunos em diferentes aspectos da actividade humana. Perante este cenário, em que os esbalecimentos de ensino se encontram isolados ou distantes uns dos outros, é natural que exista um sentimento de marginalização entre os alunos porque não têm ao seu alcance condições de acesso e integração em actividades culturais, desportivas e recreativas devidamente organizadas. Contudo, acreditamos que as escolas, desde que devidamente apoiadas, são as instituições que melhor podem ultrapassar estes constrangimentos de maneira a tornarem-se no motor de desenvolvimento da comunidade circundante. Para que isso possa acontecer as escolas devem ser atrativas e dinâmicas nas mais diversas áreas sociais e possuir centros de aperfeiçoamento ajustados aos interesses

dos alunos no preenchimento dos seus tempos livres. Assim, como primeira medida, os horários escolares devem ser organizados no sentido de melhorar e articular as actividades curriculares e extracurriculares ao serviço dos alunos. Por outro lado, as escolas devem saber viver em perfeita articulação com as autarquias e estas, por sua vez, também têm que perceber que as escolas são instituições com uma importância fundamental no seu território político-administrativo em termos de desenvolvimento humano. Neste contexto, a criação do Clube Desportivo, do Clube de Música ou de Danças Folclóricas integrados na estrutura da Escola Secundária, pode ser uma resposta adequada e portadora de futuro para o desenvolvimento das actividades extracurriculares dos alunos dos diversos graus de ensino. O principal objectivo da criação destes clubes a nível escolar é animar a juventude local em projectos educativos úteis para a vida, tendo como estratégia de acção a realização de acções de formação para os alunos e uma efectiva colaboração na organização de eventos escolares e comunitários.

